

Seminário de História Religiosa Moderna
4ª Sessão – 16 de Junho de 2009 – 17.00h

1. **Comunicação: Visionários, profetas e aparições na Inquisição portuguesa** – por António Vítor Ribeiro, Doutor pela Universidade de Coimbra
2. **Presenças:** 21 participantes.
3. **Introdução:** Após uma palavra de acolhimento e saudação inicial, José Pedro Paiva fez uma oportuna introdução à temática que nos iria ocupar nessa tarde.
4. **Texto da comunicação:** Pode consultar-se on-line neste *site*.
5. **Bibliografia:** António Camões Gouveia referiu alguma bibliografia que directa ou indirectamente poderia ajudar a aprofundar a matéria que nos convocara para a sessão do Seminário. Como sempre, foram oportunos e incisivos os comentários que fez, mormente os concernentes às várias formas de abordar a mística.
6. **Intervenções livres:** Após a apresentação do tema e da bibliografia, abriu-se o habitual espaço para intervenções livres e debate. Usaram da palavra António Camões Gouveia, Carlos Margaça Veiga, Matilde Santos, Ana Isabel Buescu, Ana Ruas Alves e Alexandre Pinto. Perguntou-se se não seria necessário mais clareza na utilização de alguns conceitos, advertiu-se para a inevitável questão da genealogia das ideias e as dificuldades e, porventura, impasses e erros que esse caminho pode provocar, reclamou-se um enquadramento da mística, a fazer-se de forma plural, discutiu-se a tradução da expressão “alumbrado” para português e alertou-se para os cuidados a observar com a forma como se utilizam as fontes históricas neste género de trabalhos. Indagou-se sobre a aceitação da prerrogativa da Imaculada, sempre polémica em Coimbra; como fora ali introduzida e depois gerida pela coroa e pelo claustro de professores, perguntando-se se a intensificação deste culto no século XVII poderia ter alguma articulação com as frequentes aparições de “senhoras” reveladas durante a conferência. Discutiu-se ainda a questão do “culto solar”, a partir da sugestão de que Francisco de Holanda teria sugerido ao rei D. Sebastião a recuperação de um templo romano que teria sido consagrado a este culto. Com muito interesse se perguntou do cabimento de uma distinção da cultura mística entre os níveis médio/alto e os estratos mais simples da população (antes e depois da instituição da Inquisição), procurando ainda saber-se até que ponto o Santo Ofício foi capaz de conter a expansão destes fenómenos místicos. Fez-se um ou outro reparo à construção histórica produzida pelo palestrante, anotando-se em especial o perigo de em questões desta natureza se resvalar para análises a-históricas, provocando uma descontextualização dos factos que deturpa a sua interpretação; advertiu-se também que o campo da mística parece ter certa dificuldade em compaginar-se com o recurso a determinadas leituras do simbolismo religioso ou estudo de casos que poderão funcionar como descaracterizadores da identidade do fenómeno místico. Discutiu-se a questão da origem do misticismo português moderno, evidenciando a sua vinculação ao alumbradismo espanhol, mas não descurando raízes mais remotas, inclusivamente medievais, germânicas e até na ruptura estabelecida pelas propostas de G. Ockam, quando sugeriu a impossibilidade de conciliar verdades de fé e verdades de razão. Até que ponto, perguntou-se, se pode sustentar a existência de uma geografia dos fenómenos místicos registados e analisados pela história. Discutiu-se a utilização dos cadernos do promotor da Inquisição, procurando saber-se até que ponto a partir deles se poderia perceber a influência de párocos ou directores espirituais nos

casos de misticismo, profetização ou aparições analisados. Perguntou-se se o papel de Catarina de Siena não foi grande na explosão da mística portuguesa moderna e insistiu-se na necessidade de diferenciar místicos (agentes de êxtases) de visionários (agentes de visões).